



ESTADO DO PARÁ TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 35/2017/TCM-PA, de 19 de setembro de 2017.

EMENTA: ESTABELECE A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, DEFINE A FORMA E AS DIRETRIZES REGULADORAS DA COMUNICAÇÃO COM A IMPRENSA E A SOCIEDADE, CRIANDO O COMITÊ DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DO TCM-PA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma art. 2º, II, da Lei Complementar n.º 109, de 27 de dezembro de 2016 e art. 2º, inciso II, do Regimento Interno (Ato n.º 19/2017), por intermédio desta Resolução Plenária, de cumprimento obrigatório, e,

CONSIDERANDO o princípio constitucional da publicidade prevista no art. 37, caput, e § 1º da Constituição Federal, bem como o art. 220, da mesma Carta Magna, que dispõe sobre a manifestação da informação, dentro do capítulo da Comunicação Social;

CONSIDERANDO a crescente demanda da sociedade por uma comunicação de maior qualidade, agilidade e transparência, coerente com o princípio republicano da publicidade dos atos e da gestão pública e responsável por facilitar o acesso dos cidadãos à informação;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecimento de uma Política de Comunicação que formalize diretrizes norteadoras das ações da Assessoria de Comunicação;

CONSIDERANDO, ainda, que a comunicação institucional está intrinsecamente relacionada com a Missão do TCM-PA, de *"orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais, visando sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade"* e com a Visão de *"ser instituição de excelência no controle externo, reconhecida pela sociedade como indispensável ao aperfeiçoamento da gestão pública"*, ambas definidas em seu Planejamento Estratégico;

CONSIDERANDO, por fim, o Objetivo n.º 9, do Plano Estratégico 2015-2030 - *"fortalecer a imagem institucional"* e a Diretriz n.º 6/2014 da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON que propõe práticas e critérios para uma eficiente comunicação institucional dos Tribunais de Contas;

RESOLVE: APROVAR A PRESENTE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA, QUE ESTABELECE A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, DEFININDO A FORMA E AS DIRETRIZES REGULADORAS DA COMUNICAÇÃO COM A IMPRENSA E A SOCIEDADE, BEM COMO CRIA O COMITÊ DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DO TCM-PA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NOS SEGUINTE TERMOS:



ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

TÍTULO I

DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 1º. A Política de Comunicação tem por finalidade propor, coordenar, implementar e acompanhar diretrizes e ações relativas à comunicação social e ao relacionamento do TCM-PA com a imprensa e com a sociedade, bem como assegurar, no âmbito da sua área de atuação, o apoio especializado ao funcionamento da Assessoria de Comunicação e do Tribunal.

Art. 2º. A política de comunicação do TCM-PA visa orientar e acompanhar as ações da Assessoria de Comunicação de modo a:

I – Promover, de forma integrada com as demais áreas afins, a divulgação das ações do Tribunal de acordo com sua visão de futuro de ser instituição de excelência no controle externo, reconhecida pela sociedade como indispensável ao aperfeiçoamento da gestão pública;

II – Divulgar interna e externamente as atividades e os resultados da atuação do Tribunal;

III – Planejar, coordenar e supervisionar ações e projetos relacionados com a comunicação interna e externa de ações do Tribunal, bem como produzir matérias sobre atividades e resultados da atuação do Tribunal, distribuindo-as à imprensa e divulgando-as por meio dos canais de comunicação institucionais e sociais;

IV – Assessorar o Presidente, os membros e servidores do Tribunal em assuntos relativos à comunicação social;

V – Controlar, acompanhar e requisitar dos setores competentes informações a respeito das atividades e dos resultados da atuação do Tribunal;

VI – Acompanhar e analisar matérias divulgadas pelos veículos de comunicação social, relacionadas a atividades e resultados da atuação do Tribunal, a autoridades ou a servidores da Casa, visando à edição e distribuição de informativos de divulgação interna;

VII – Promover o relacionamento entre o Tribunal e a imprensa;

VIII – Zelar pela boa imagem institucional do Tribunal e fortalecer sua identidade visual;

IX – Coordenar os trabalhos jornalísticos nas dependências do Tribunal e a cobertura de eventos oficiais realizados pela instituição;

X – Promover espaço na imprensa por de meio entrevistas, individuais ou coletivas, a serem concedidas a veículos de comunicação e, quando solicitado, assessorar o Presidente, corpo técnico e as demais autoridades do Tribunal em entrevistas e no relacionamento com a imprensa.



ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

TÍTULO II

DO COMITÊ DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 3º. Fica constituído o Comitê de Comunicação Institucional, presidido pelo Conselheiro Presidente do TCM-PA, ou por outro Conselheiro, por ele designado, com a seguinte constituição, competências e atribuições:

I - O Comitê tem caráter consultivo e será presidido pelo Conselheiro Presidente do Tribunal e composto por:

- a) 03 (três) representantes da área de Comunicação (obrigatoriamente o Assessor Especial de Comunicação e dois técnicos);**
- b) 03 (três) representantes da Alta Direção da Casa (Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e o Conselheiro Corregedor);**
- c) 03 (três) representantes da área técnica e administrativa, do TCM-PA, a serem indicados pela Presidência, preferencialmente, entre integrantes da Diretoria Jurídica; Diretoria de Planejamento e Controladorias.**

II - Compete ao Comitê de Comunicação Institucional (CCI):

- a) acompanhar e opinar em atividades relativas à aplicação estratégica de comunicação e marketing institucionais;**
- b) propor políticas e projetos relativos à comunicação institucional adotada pelo Tribunal, objetivando aprimorar o fluxo de informações com seu público interno e externo;**
- c) analisar as Políticas e os veículos de comunicação do Tribunal, opinando e propondo diretrizes;**
- d) acompanhar o cumprimento do Plano de Comunicação;**
- e) reger a Identidade Visual do Tribunal e estimular a sua implementação de forma integradora;**
- f) estimular ações que favoreçam a sustentabilidade e a manutenção da política de identidade visual em todas as suas interfaces;**
- g) apreciar outros assuntos relacionados à comunicação interna e externa do Tribunal.**

III - Cabe ao coordenador do Comitê de Comunicação Institucional:

- a) representar e coordenar o Comitê;**
- b) organizar pauta, convocar e coordenar as reuniões;**
- c) indicar o coordenador substituto e designar servidor para secretariar os trabalhos do Comitê;**
- d) requisitar processos, documentos e quaisquer outros subsídios necessários ao exercício das atividades do comitê;**



ESTADO DO PARÁ TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

- e) assinar expedientes relativos ao comitê;
- f) submeter ao Presidente do Tribunal:
- g) Pareceres e estudos deliberados pelo comitê;
- h) Resultado do acompanhamento periódico do grau de implementação e consecução dos objetivos estratégicos, dos projetos estruturantes e demais atividades de comunicação desenvolvidas no âmbito interno e externo do Tribunal.

Art. 4º. O Presidente do TCM-PA é o representante do Conselho para assuntos relacionados à comunicação, tendo a prerrogativa de acompanhar, coordenar e zelar pelo fiel cumprimento das diretrizes constantes nesta política de comunicação, desempenhando, ainda, as seguintes atribuições:

- I - Elaborar calendário anual das reuniões;
- II - Convocar e presidir as reuniões;
- III - Coordenar e dirigir os trabalhos do Comitê;
- IV - Definir pautas de reunião;
- V - Decidir as questões de ordem;
- VI - Desempatar as votações;
- VII - Orientar as discussões e fixar os pontos sobre os quais devam versar;
- VIII - Promulgar resoluções.
- IX – Divulgar interna e externamente as atividades e os resultados da atuação do Tribunal;
- X - Falar em nome da instituição junto aos órgãos de imprensa sobre matéria de competência do Tribunal, ressalvadas as atribuições dos Relatores;
- XI – Pronunciar-se em nome da instituição junto aos jurisdicionados e às instituições públicas e privadas, contribuindo para relacionamento interinstitucional, segundo a política de comunicação do Tribunal, ressalvadas as atribuições dos Relatores.

Art. 5º. Caberá ao Presidente do TCM-PA e/ou ao Relator do processo, em comum acordo, autorizar a manifestação de servidor sobre questões de mérito discutidas em processo em andamento, bem como fornecer informações à imprensa, relativas a processos, auditorias, plano de fiscalização ou qualquer atividade desenvolvida no Tribunal.

Parágrafo único. O fornecimento de documentos deverá seguir os trâmites previstos nas normas relativas à Lei de Acesso a Informação, Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.



ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

TÍTULO III

DAS DIRETRIZES DE ATUAÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Art. 6º. As informações a serem prestadas à imprensa por membro do Tribunal, preferencialmente, deverão ser comunicadas à Assessoria de Comunicação visando o melhor assessoramento.

Parágrafo único. No caso de servidores, a Assessoria de Comunicação deverá ser previamente comunicada para que faça o acompanhamento da divulgação e avaliação das referidas reportagens.

Art. 7º. Compete à Assessoria de Comunicação elaborar e encaminhar aos órgãos de imprensa boletins e releases acerca do resultado de julgamento ou de apreciação de trabalho do TCM-PA, devendo ainda:

- I - Emitir comunicados à imprensa com os resultados das principais decisões;
- II - Realizar análise de conteúdo para verificar como o Tribunal é descrito pela mídia, bem como pesquisas periódicas com a sociedade para a avaliação da imagem institucional;
- III - Estabelecer um plano de comunicação com a imprensa, o qual será acompanhado periodicamente e avaliado por meio da utilização de indicadores de desempenho;
- IV - Possuir estrutura de comunicação social para contato com a mídia;
- V - Incentivar o acesso dos cidadãos à informação sobre as contas públicas;
- VI - Incentivar os cidadãos a participar do processo de fiscalização através do controle social, oferecendo mecanismos para a apresentação e acompanhamento de denúncias;
- VII - Fazer uso adequado das mídias online utilizando portal na internet, plataforma de redes sociais e mídias eletrônicas, devendo possuir sistematização (conteúdo - colaboração - comunidades) e modelo de participação em mídias sociais;
- VIII - Participar ativamente de debates públicos sobre assuntos pertinentes, como boa governança, gestão de finanças públicas e combate à corrupção;
- IX - Publicar resumos em diagramação específica das principais deliberações do Tribunal de sorte a fomentar a transparência e estimular o controle social;



ESTADO DO PARÁ TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

- X - Priorizar, na produção de conteúdo, as deliberações e as atividades de fiscalização que importem em impacto social ou necessidade de dar conhecimento à sociedade;**
- XI - Observar, na produção de conteúdo para divulgação, a materialidade, relevância, risco e urgência das deliberações e das ações de fiscalização;**
- XII - Realizar sondagens periódicas junto aos públicos interno e externo para avaliar a efetividade da divulgação de informações;**
- XIII - Divulgar em sua página na internet, ementas ou acórdãos de todas as decisões e julgamentos do Tribunal;**
- XIV - Instituir espaço de destaque na página inicial da internet para inserção das últimas decisões com link, para os resultados de todos os julgamentos;**
- XV - Incluir, nas publicações das ementas ou acórdãos no site, links para os respectivos processos, contendo, no mínimo, o voto condutor da decisão, o parecer do Ministério Público de Contas e o elatório técnico, observadas as disposições acerca da Lei de Acesso à Informação;**
- XVI - Manter na página do Tribunal na internet link de destaque para acesso às pautas de julgamento do Pleno e Câmara Especial;**
- XVII - Possuir mecanismos de aferição da divulgação das suas decisões na página da internet;**
- XVIII - Fazer a cobertura jornalística das sessões deliberativas do Pleno e da Câmara Especial.**

Art. 8º. Não haverá percepção de qualquer benefício, vantagem ou gratificação, ao Coordenador e demais membros do Comitê de Comunicação Institucional, em razão dos serviços prestados e das reuniões realizadas, em favor deste TCM-PA.

Parágrafo Único. Competirá a Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP, o registro na ficha funcional, do Coordenador e membros do Comitê de Comunicação Social, como atividade desempenhada em favor do TCM-PA.




ESTADO DO PARÁ TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Art. 9º. Os casos omissos ou não previstos nesta Resolução, serão dirimidos mediante deliberação do Colegiado.

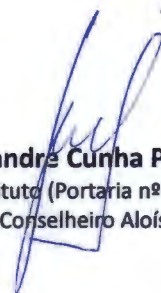
Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 19 de setembro de 2017.


Mara Lúcia Barbalho da Cruz
Conselheira / Vice-Presidente


Sebastião Cezar Leão Colares
Conselheiro


Antonio José Costa de Freitas Guimarães
Conselheiro


José Alexandre Cunha Pessoa
Conselheiro Substituto (Portaria nº 1075/2017 –
Substituição do Conselheiro Aloísio Chaves)